RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

1. DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS
1.2 INVESTIMENTOS
1.3 GASTOS
1.4 RENDIMENTOS
1.5 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA
1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
1.7 PERSPETIVAS FUTURAS

2. ÁREA DE EVENTOS

2.1 CARNAVAL DE TORRES
2.2 FEIRA RURAL
2.3 FEIRA DE SÃO PEDRO
2.4 FEIRA DE VIATURAS USADAS
2.5 BE FASHION SANTA CRUZ
2.6 CARNAVAL DE VERÃO
2.7 FESTIVAL DAS VINDIMAS
2.8 OCEAN SPIRIT
2.9 EVENTOS DIVERSOS

3. EQUIPAMENTOS

3.1 MERCADO MUNICIPAL
3.1.1. OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL
3.1.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDA
3.1.3. ANÁLISE DE RESULTADOS
3.2. EXPOTORRES
3.3. OUTROS EQUIPAMENTOS

4. GESTÃO INTEGRADA DE ESTACIONAMENTO

4.1 DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
4.2 RESUMO DE RESULTADOS

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 BALANÇO
5.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
5.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL RÓPRIO
5.4 DEMONSTRAÇÃO FLUXOS DE CAIXA
5.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

6.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
6.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

1

DADOS GERAIS DA EMPRESA

1.1

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

A Promotorres E.M. é uma pessoa coletiva de direito privado com natureza municipal, dotada de personalidade jurídica com autonomia administrativa e financeira e património próprio.

A empresa municipal foi criada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e tem como missão a gestão de equipamentos e a organização de eventos.

A empresa é responsável pela gestão do Mercado Municipal, do Parque de Exposições, de três parques de estacionamento e pela organização dos maiores eventos do concelho, nomeadamente o Carnaval, a Feira de S. Pedro, as Festas da Cidade, o Ocean Spirit, a Feira Rural, entre outros. A Promotorres assegura ainda a receção de vários espaços municipais.

Em relação ao ano de 2017, à semelhança de 2016, a Promotorres continua a cumprir em pleno todas as atribuições e competências que lhe são confiadas pelos estatutos, sendo o terceiro ano de plena atividade na área da Mobilidade, e mantém a tendência da autonomia financeira, que se tem vindo a revelar nos exercícios anteriores.

Em 2017, Volume de Negócios da Promotorres aumentou 9%, comparativamente com o exercício do ano anterior.

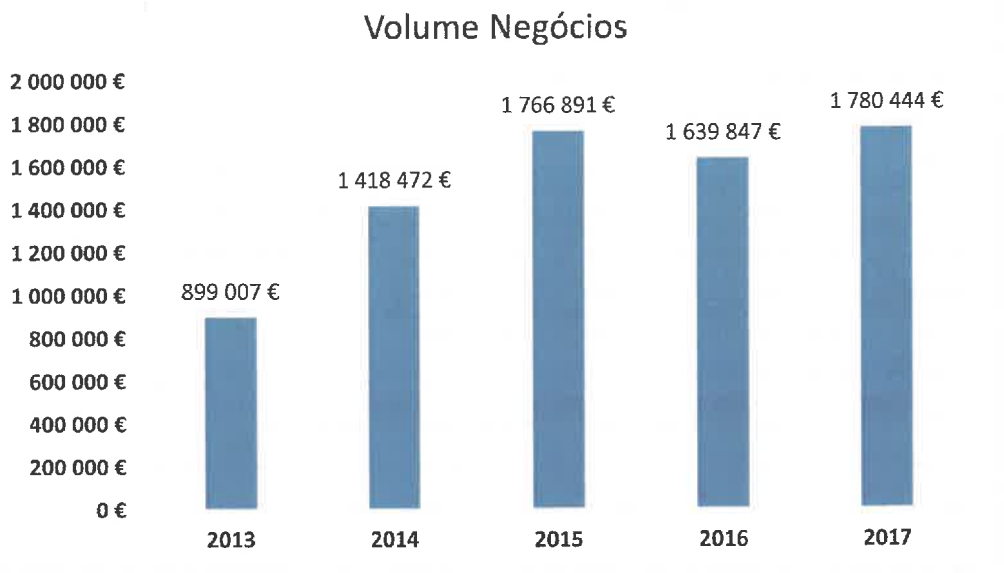

Figura 1 - Evolução do Volume de Negócios

Volume de Negócios	2017	2016	variação
Venda de Mercadorias	4 807,77 €	- €	100%
Prestações de serviços	1 775 635,99 €	1 639 846,52 €	8%
Eventos	928 281,17 €	803 660,28 €	16%
Bilheteira	456 611,37 €	380 111,26 €	20%
Publicidade	36 210,00 €	38 259,78 €	-5%
Expositores	173 696,62 €	150 313,41 €	16%
Ambulantes	14 105,00 €	23 898,95 €	-41%
Divertimentos	75 572,00 €	71 117,31 €	6%
Restauração	100 685,04 €	89 693,03 €	12%
ApoioProduçãoepatrocinios	51 500,00 €	38 202,43 €	35%
Energia	6 390,00 €	5 825,00 €	10%
Agua	- €	30,00 €	-100%
DiversosTaxaNormal	3 515,85 €	- €	100%
MaterialMerchandising	5 466,84 €	6 209,11 €	-12%
LivrosTaxaNormal	73,98 €	- €	100%
TendasComerciantes	2 550,00 €	- €	100%
ParticipaçõesDesportivas	1 904,47 €	- €	100%
Estacionamento	632 507,71 €	663 210,98 €	-5%
Rotação	62 819,75 €	64 603,25 €	-3%
Avenças	45 626,15 €	43 290,03 €	5%
Parcómetros	483 891,22 €	521 308,95 €	-7%
AdesãoAgostinhas	2 483,73 €	3 467,47 €	-28%
TaxaMáximaDiária	27 148,88 €	23 357,32 €	16%
PagamentosMóveis	9 730,34 €	6 040,99 €	61%
TokensComercio	796,66 €	1 142,97 €	-30%
OcupaçãoViaPublica-Obras	10,98 €		100%
Serviços	107 596,56 €	46 545,99 €	131%
Mercado	119 507,95 €	127 582,08 €	-6%
Descontoseabatimentos	- 12 257,40 €	- 1 152,81 €	963%
Total	1 780 443,76 €	1 639 846,52 €	9%

Figura 2 – Evolução do Volume de Negócios

Este aumento ficou a dever-se sobretudo aos Eventos (+16%) e à Prestação de Serviços (131%); por outro lado, as receitas do Mercado observaram uma diminuição de 6% e as receitas do Estacionamento observaram uma diminuição de 5%.

Quanto aos ganhos referentes à Fiscalização a diminuição foi de 57%, sendo que as receitas dos Autos de Contraordenação ocorridos em 2017 foram de 256.475€, tendo aumentado em 7% (2016: 238.566€), mas foi registada uma diminuição de receitas de 167.052€, referente ao valor dos Autos de Contraordenação de infrações cometidas em 2015, estimado em períodos anteriores, que não foram recebidos até 31 de dezembro de 2017.

1.2

INVESTIMENTOS

Após um ano de investimentos significativos em 2016, em 2017, tal como havia sido previsto, o investimento foi de 84.408,07 euros.

Os investimentos mais relevantes foram realizados na:

- melhoria das instalações elétricas da Expotorres, no exterior e interior do Pavilhão Expo, tendo em vista um bom desempenho nos vários eventos que aí se realizam, nomeadamente a Feira de São Pedro. Foi também executado um ramal de acesso de água no valor de 2.232€, registado como gasto no período, de modo a poder-se separar o consumo nos pavilhões e os consumos com rega e espaços exteriores;
- aquisição de 50 carrinhos de compras para o Mercado Municipal;
- organização do Carnaval foram realizados melhoramentos no Tocandar e adquiridos seis cabeçudos (*Amália, Eusébio, Joaquim Agostinho, Chico da Bola, Maria Cachucha e Zé Povinho);* balcões para os bares; 3ª tranche do Filme "Delírio em Las Vedras" e produção da música "Samba da Matrafona";
- aquisição de cadeira de rodas para utilização no Ocean Spirit.

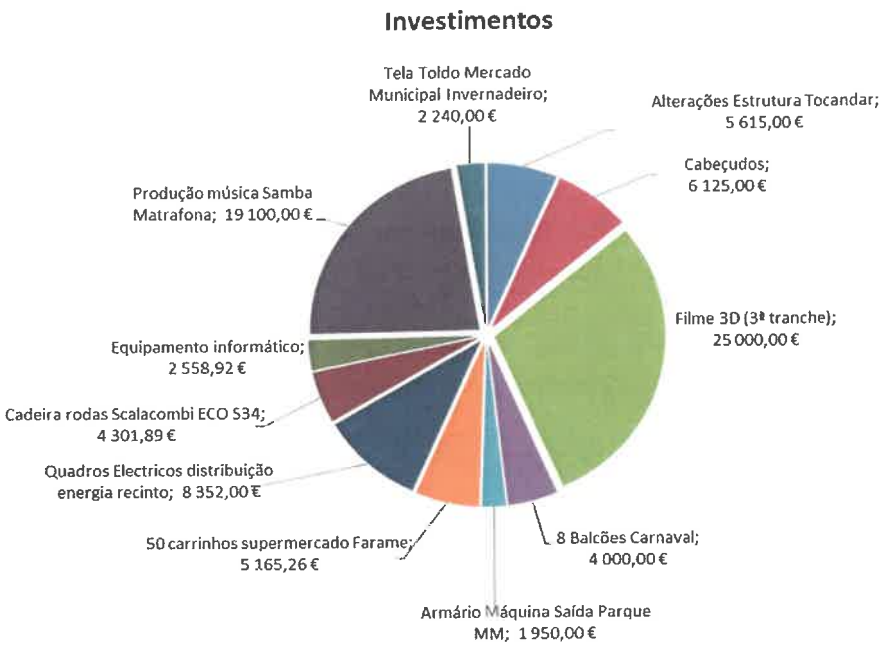

Figura 3 - Evolução dos Investimentos

1.3

GASTOS

Os Gastos com Pessoal atingiram o montante de 781.346,62€, valor que representa um aumento de 52.274,86€ (+7%) do que em relação a 2016.

Este aumento foi motivado essencialmente pelo regresso de licença de maternidade da gestora do mercado e posterior saída mediante licença sem vencimento e ainda a saída da responsável da área financeira e respetivo pagamento de indemnização. Foram ainda admitidos trabalhadores para a área da Fiscalização, Mercado e Financeira, bem como para vigilância de instalações do Município.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista um aumento de 24%, por existirem mais atribuições ao nível da atividade operacional que se consubstancia em assegurar os custos com pessoal e equipamentos de áreas de atividade do Município. Considerando o proporcional dos valores previstos para o ano de 2017, este acréscimo foi maior do que o calculado.

	31 dez 2017	31 dez 2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	949 558,06	666 903,81
Materiais	265 215,09	264 394,54
Energia e fluídos	101 299,26	105 859,71
Deslocações, estadas e transportes	11 496,23	10 599,29
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	97 185,59	61 251,00
Comunicação	61 228,10	79 999,97
Seguros	12 236,99	10 896,74
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1 430,72	1 025,90
Despesas de Representação	252,50	1 062,41
Limpeza	83 207,88	75 127,68
Descontos e abatimentos	0,00	-405,95
Outros serviços	0,00	0,00
	1 583 110,42	**1 276 715,10**

Figura 4 – Evolução de Gastos

A empresa continuou a utilizar as taxas mínimas de depreciação, aceites legalmente. Em 2017, contabilizaram-se 56.409,97€ euros de depreciações.

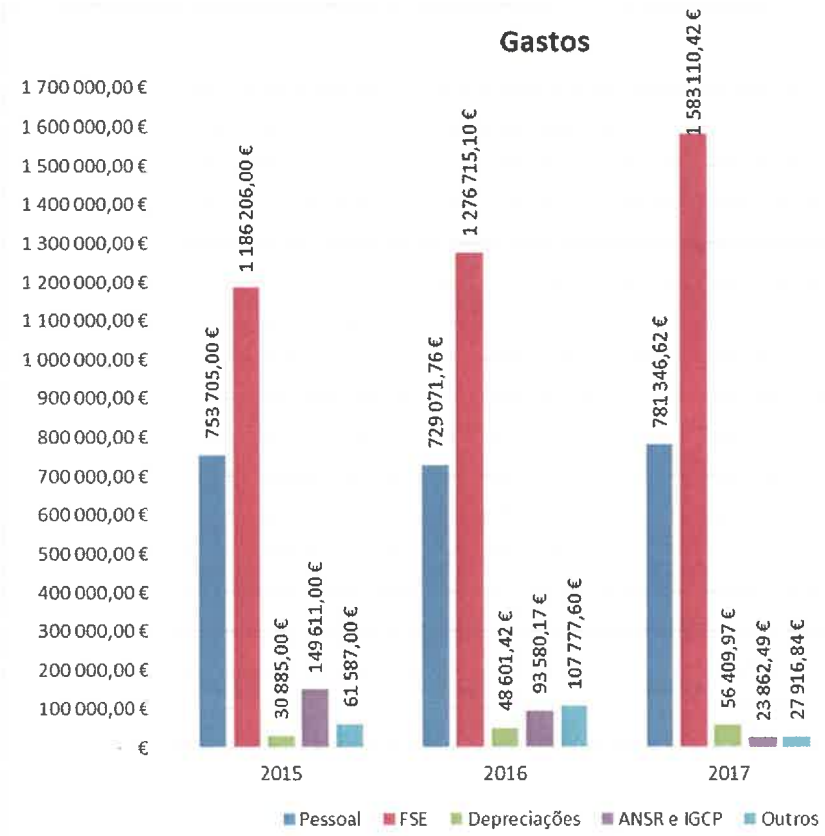

Figura 5 - Evolução dos Gastos

1.4

RENDIMENTOS

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos rendimentos ao longos dos últimos anos e como se pode verificar, mantém-se a estabilização do nível de rendimentos, não existindo variações significativas:

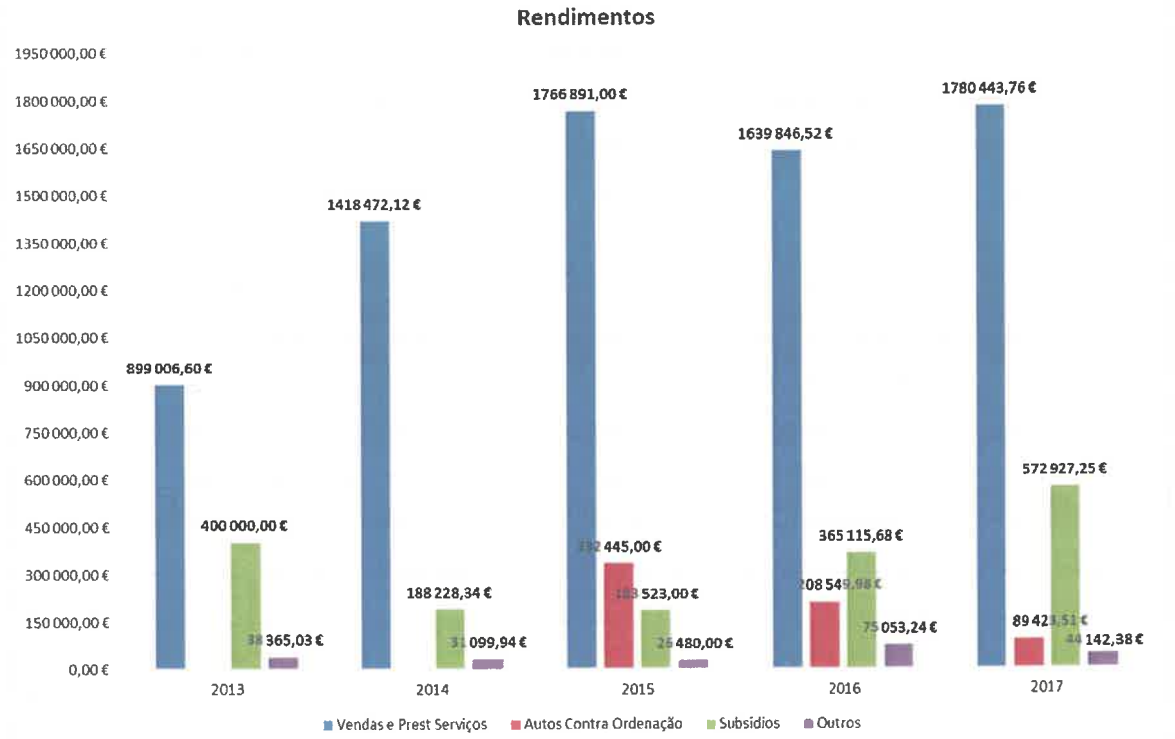

Figura 6 - Evolução dos Rendimentos

Como já referido no ponto 1.1, as receitas referentes aos Autos de Contraordenação ocorridos neste ano aumentaram face ao ano anterior, mas o efeito da redução das estimativas de 2015 (autos não recebidos) faz com que o valor final deste rendimento diminua.

O montante total dos Subsídios à Exploração em 2017 totalizou 572.927,25€, valores estes referentes a:

- Contrato programa para organização e gestão dos eventos Carnaval de Torres, Carnaval de Verão, Be Fashion Santa Cruz e Feira Rural (195.000€);
- Contrato programa para gestão do Mercado Municipal (170.000€).
- Contrato Programa para organização do Santa Cruz – Ocean Spirit (190.000€) *
- Financiamento pelo Fundo Ambiental para o Ocean Spirit (17.927,25€)

* Em 2017, foi celebrado um novo Contrato Programa com a Câmara Municipal de Torres Vedras, no montante de 190.000€, por um período de 3 anos, no qual foi atribuída à empresa a realização de um novo evento a realizar-se em julho (Ocean Spirit).

1.5

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Indicadores	2016	2017
Autonomia Financeira	22,92%	18,78%
Solvabilidade	29,74%	23,13%
Cobertura de Imobilizado	49,42%	38,00%
Liquidez Geral	64,90%	58,56%

Legenda

- Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo Líquido Total
- Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total
- Indicador do Grau de Cobertura do Imobilizado = Capitais Permanetes/Imobilizado Liquido
- Liquidez Geral = Activo a curto prazo / Passivo a curto prazo

Figura 7 – Indicadores

No cumprimento dos requisitos legais, confirma-se a inexistência de dívidas em mora ao Estado ou à Segurança Social.

1.6

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propomos que o resultado líquido referente ao exercício de 2017, no montante de €6.307,93, seja transferido integralmente para a conta 56- Resultados Transitados.

1.7

PERSPETIVAS FUTURAS

A empresa nasceu com o objetivo de criar uma estrutura para promover e divulgar os grandes eventos que se realizavam no concelho de Torres Vedras aos quais vieram juntar-se novos objetivos que diversificaram e enriqueceram a sua área de atividade,

consolidando todas as competências atribuídas pelo Município e constantes do seu objeto social.

As alterações que a empresa tem vindo a sofrer, nomeadamente as do seu objeto social, têm vindo a ser implementadas de acordo com as políticas definidas pela sua única sócia – a Câmara Municipal de Torres Vedras – que por sua vez tem poder e responsabilidade de orienta-la na prossecução do interesse público.

Resultado das alterações verificadas nos últimos anos, nomeadamente das novas competências atribuídas à empresa, pretende-se em termos futuros consolidar o trabalho desenvolvido nas diferentes áreas de atividade, tendo em vista a rentabilização dos recursos existentes, assegurando a sua viabilidade económica e o equilíbrio financeiro.

O cumprimento das atribuições da Promotorres E.M., obrigam a uma melhoria contínua na prestação dos serviços e na otimização dos recursos existentes, quer humanos quer materiais, que se manterá em 2018.

2

ÁREA DOS EVENTOS

No seguimento da adequação da forma jurídica para a produção de determinados eventos, em 2016 foi celebrado um contrato programa com a Câmara Municipal para a organização e gestão de eventos no montante de 195.000€, que até aí eram produzidos na modalidade de prestação de serviços (que resultou num decréscimo no volume de negócios e um aumento dos subsídios à exploração).

Em 23 de fevereiro de 2017 foi celebrado com a Câmara Municipal um contrato programa para a organização e gestão dos (mesmos) eventos, "Carnaval de Torres"; "Carnaval de Verão"; "BeFashion Santa Cruz"; "Feira Rural"; "Festival das Vindimas"; "Feira de S. Pedro", "Feira da Saúde" e "Feira de Usados", e ainda o "Santa Cruz Ocean Spirit" para o período 2017-2019, que foi visado pelo Tribunal de Contas em 18 de maio de 2017.

Como alguns destes eventos não são geradores de receita, ou as receitas geradas, pela natureza do evento, não são suficientes para assegurar as despesas necessárias à realização do mesmo, é atribuído um subsídio à exploração no montante total de anual de € 385.000, sendo a alteração de valor referente ao ano de 2016, decorrente da nova atribuição à Promotores da produção do "Santa Cruz Ocean Spirit, sendo os montantes individuais os seguintes:

a) Carnaval de Torres - € 100.000,00 (cem mil euros);
b) Carnaval de Verão - € 20.000,00 (vinte mil euros);
c) BeFashion Santa Cruz - € 10.000,00 (dez mil euros);
d) Feira Rural- € 30.000,00 (trinta mil euros);
e) Festival das Vindimas – € 35.000,00 (trinta e cinco mil euros);
f) "Santa Cruz Ocean Spirit" – Festival Internacional de Desportos de Ondas" – € 190.000,00 (cento e noventa mil euros).

A celebração deste contrato permite assim estabilizar os eventos em que a Promotores irá ter a sua participação na área da produção, sendo assim possível efetuar uma melhor gestão de recursos e melhoria na produção dos mesmos.

2.1

CARNAVAL DE TORRES

O Carnaval de Torres Vedras, uma marca de referência nacional e internacional, constitui um momento muito particular para a cidade de Torres Vedras, para os torrienses e para todos os agentes económicos e sociais envolvidos, gerando parcerias económicas e sociais na região, nomeadamente entre a Câmara Municipal, comércio tradicional, entidades privadas e públicas.
Como já referido, no âmbito do Contrato Programa para a organização e gestão de eventos manteve-se a atribuição de um subsídio à exploração de 100 000€.

A edição 2017 do Carnaval de Torres, no qual se inclui também o corso escolar – comparticipações e transporte de cerca de 8000 crianças de 79 estabelecimentos de ensino, que integram o mesmo - cumpriu as expectativas orçamentais, respeitando rigorosamente o orçamento previsional de despesa, assente numa base de controlo e racionalização dos gastos.

A estrutura de despesa do Carnaval comparativamente à edição anterior teve um aumento de 30.000€, todo ele em estaleiro, nomeadamente com a produção de 6 novos cabeçudos, reparação do carro dos reis e do "Tocandar".

A receita própria do evento, que depende essencialmente da venda de ingressos (na modalidade kit, livre transito ou bilhete diário), regista nas últimas edições estabilidade em termos percentuais, representando uma fidelização e afirmação do Carnaval junto do público.
Também pela primeira vez se obteve o patrocínio (de uma cervejeira), quer para este evento quer para a Feira de S. Pedro, no montante total de 32.500€/ano.

A receita de bilheteira continua com valores na casa dos 70% da receita total do evento, sendo que em 2017 foram registadas 72.837 entradas, em 2016 - 57.204, em 2015 - 53.845 e em 2014 - 49.618, o que demonstra que o Carnaval de Torres continua em crescendo.

Figura 8- Entradas nos corsos

CARNAVAL	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	510 547 €	445 006 €	491 148 €	550 568 €	655 129 €
DESPESA	351 076 €	432 763 €	512 616 €	575 231 €	608 417 €
RESULTADO	159 471 €	12 243 €	-21 468 €	-24 663 €	46 712 €

Figura 9- Evolução da Estrutura de Resultados

De acordo com o estudo de performance de comunicação elaborado pela "Cision", o Carnaval de Torres continua a apresentar os indicadores mais elevados, seja no número de notícias (523), sejam os contactos provocados pela informação (80.1 milhões).

O valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela aumentou em 2017 de forma significativa, passando de 12.9 milhões para 24.9 milhões de euros, em grande parte alavancado pela transmissão da do programa da TVI no corso de domingo. Sendo a quarta vez consecutiva que os dados de performance de comunicação apontam para valores de liderança a nível nacional, pode concluir-se de uma forma consolidada que o evento é um forte ativo de comunicação e um importante instrumento de Marketing Territorial.

2.2

FEIRA RURAL

A 13º edição da Feira Rural decorreu no 1º sábado do mês, de abril a outubro nas ruas do centro histórico de Torres Vedras. Excecionalmente e no seguimento da sugestão apresentada por vários operadores, foi realizada uma feira no mês de novembro.

A Feira Rural constitui uma oferta de experiências e de produtos (hortícolas, fruta, agricultura biológica, vinho, pão, queijo, doçaria, artesanato, velharias, antiguidades e outros artigos) que tão bem caracterizam o Concelho, a região e as suas Gentes, nas cerca de 250 bancas existentes.

A Promotorres EM, assegura toda a logística e gestão associada à realização do evento, nos meses de julho e agosto.

A Feira Rural passou a estar incluída no contrato programa de celebração de eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo atribuído um subsídio à exploração de 30.000€, para o total do ano.

Feira Rural	2016	2017
RECEITA	20 658 €	30 000 €
DESPESA	21 152 €	28 651 €
RESULTADO	-494 €	1 349 €

Figura 10- Evolução da Estrutura de Resultados

2.3

FEIRA DE SÃO PEDRO

A Feira de São Pedro, o maior certame Agroindustrial e Comercial da Região Oeste e uma das principais Feiras generalistas do País, tem a duração de 11 dias de festa e realiza-se no Parque regional de Exposições de Torres Vedras.

Na edição de 2017, foi dada continuidade à consolidação das alterações na organização do espaço realizada em 2015, tendo sido também realizadas alterações

na organização do espaço na zona dos divertimentos com a introdução de dois novos divertimentos, o que se traduziu numa melhoria significativa desta oferta na Feira.

Foi criada uma nova área de exposição para o artesanato, na rua de saída da Feira para a Avenida Poente, ligando esta zona à zona dos divertimentos. Esta alteração, prolongou a área de exposição existente e promoveu a circulação dos visitantes no interior da Feira.

O evento "Vinho nas Linhas", uma mostra de vinhos organizada em parceria com a CVR Lisboa e a Associação de Agricultores do Concelho de Torres Vedras, teve nova organização, alargando a oferta de degustação e um novo formato para a prova de vinhos.

Na área dos restaurantes, foram realizadas melhorias na decoração/ornamentação do espaço exterior, com a colocação de alcatifa no chão - que permitiu melhorar a organização das esplanadas - e a instalação de elementos decorativos alusivos a um arraial, que veio criar um novo ambiente exterior.

Na zona das tasquinhas, foi possível uniformizar todo o material disponível na área de esplanadas, criando condições de igualdade para o trabalho desenvolvido por todas as associações.

Foram realizados investimentos na rede de iluminação exterior e no interior do Pavilhão Expotorres, que contribuíram para a melhoria da iluminação da Feira e para a estabilidade do fornecimento de energia a todos os expositores.

Em 2017, manteve-se a tendência de crescimento do número de visitantes acima dos duzentos mil, que resulta da diversidade que as várias valências da Feira lhe conferem, seja na visita aos expositores, nas compras, no convívio, nas tasquinhas/restauração ou nos divertimentos.

O sucesso do evento resulta de um elevado número de expositores fortemente fidelizados e o surgimento de novas empresas com novos produtos e serviços, que são o garante da qualidade oferecida aos visitantes e da vitalidade do certame.

A Feira de S. Pedro teve na edição de 2017 uma procura superior à verificada em anos anteriores o que permitiu esgotar os espaços de exposição mais cedo que o habitual e, apesar de o número de expositores não ser muito superior ao de anos anteriores, houve mais área ocupada por cada um eles.

Destaca-se o facto de mais de metade das empresas presentes serem de Torres Vedras e um grande número dos restantes municípios do Oeste, reforçando estes dados a ideia da vitalidade e dinamismo do tecido empresarial da região e particularmente de Torres Vedras, e da sua aposta em considerar a Feira de S. Pedro, como espaço privilegiado para a promoção e comercialização dos seus produtos e serviços.

Em termos comerciais foram asseguradas as condições dos anos anteriores, numa política de valorização das empresas fidelizadas e na criação de condições facilitadores para a representação do tecido empresarial local, regional e nacional.

Figura 11- Evolução de Expositores e Visitantes

Feira São Pedro	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	292 235 €	272 492 €	282 215 €	292 116 €	325 417 €
DESPESA	141 698 €	176 610 €	248 813 €	257 712 €	191 901 €
RESULTADO	150 537 €	95 882 €	33 402 €	34 403 €	133 516 €

Figura 12- Evolução da Estrutura de Resultados

Em termos financeiros, a deslocalização do Terminal Rodoviário para a Expotorres, originou alterações na organização do espaço e obrigou a investimentos efetuados nos últimos anos.

Em 2017, com a estabilização da organização da Feira em termos de espaços, verificou-se uma redução das necessidades de investimentos, o aumento da procura de espaços e o consequente aumento das receitas e dos resultados.

Em 2017, o resultado financeiro do evento aumentou em 99.112€.

2.4

FEIRA VIATURAS USADAS

Esta feira temática vocacionada para os automóveis usados e que foi a primeira realizada no País tem sofrido várias alterações em termos de periodicidade, numa tentativa de conjugar esforços para "combater" a realidade socioeconómica e de mercado, que têm afetado o sector automóvel em particular nesta vertente das viaturas usadas.

Nos últimos anos a feira passou a ser semestral, com a duração de 10 dias, numa decisão, concertada com os operadores, que tem como objetivo potenciar as 2 edições, concentrando esforços na promoção e aliando as datas de realização a outros eventos a realizar na Expotorres.

A feira contou com 10 empresas em cada uma das edições, tendo na segunda edição a participação de 3 particulares.

A avaliação das feiras realizadas é positiva em termos de afluência de público, negócios concretizados e na execução orçamental.

Feira Usados	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	9 726 €	16 500 €	12 750 €	13 625 €	11 725 €
DESPESA	6 673 €	11 334 €	9 700 €	10 134 €	9 202 €
RESULTADO	3 053 €	5 166 €	3 050 €	3 490 €	2 523 €

Figura 13- Evolução da Estrutura de Resultados

2.5

BEFASHION SANTA CRUZ

O Befashion é um evento de moda e animação que tem como principal objetivo marcar o início do Verão na praia de Santa Cruz inserindo-se na programação da "Onda de Verão", um conjunto de atividades diferenciadas e organizadas pela Câmara Municipal que ajudam na dinamização desta localidade nos meses de Verão.

Este ano existiu uma particular associação de alguns estabelecimentos do denominado "Pateo da Azenha" no qual foi possível o público em geral interagir com todos os participantes no desfile, nomeadamente os modelos profissionais que, por serem figuras publicas, despertam sempre maior curiosidade.

Para marcar o início da época balnear, este ano o evento foi antecipado para o dia 17 de junho, não se sobrepondo (como habitualmente) a outro evento com muita envolvência da população – Feira de São Pedro. Este evento já enraizado, contou este ano com a participação de quatro modelos profissionais e cerca de vinte jovens e crianças, sendo algumas delas antigas participantes no festival das vindimas, e apesar de alguma chuva, percorreram alegremente a longa passerelle de 60 metros e mostraram as coleções primavera/verão das várias lojas aderentes (vestuário, desporto e acessórios) e de uma estilista convidada, que se associaram ao evento.

Este evento consta do contrato programa para a organização e gestão de eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo atribuído um subsídio à exploração de €10.000,00, por não ser gerador de receita. De referir que este ano o evento contou com um patrocínio (empresa do ramo automóvel) de €1.500.

BEFASHION	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	8 158 €	8 130 €	8 317 €	10 000 €	11 395 €
DESPESA	9 666 €	14 059 €	13 587 €	17 224 €	11 167 €
RESULTADO	-1 508 €	-5 929 €	-5 270 €	-7 224 €	228 €

Figura 14- Evolução da Estrutura de Resultados

2.6

CARNAVAL DE VERÃO

O Carnaval de Verão levou uma vez mais a Santa Cruz várias festas de Carnaval, com o tradicional desfile de associações e grupos de mascarados do Carnaval de Torres, grupos de percussão e escola de samba, traduzindo-se numa noite de animação e folia com vista a estimular o comércio tradicional.

Cerca de 550 figurantes participaram neste desfile que culminou uma vez mais com o tradicional fogo-de-artifício.

Este evento consta do contrato programa para a organização e gestão de eventos celebrado com a Câmara Municipal, sendo atribuído um subsídio à exploração de €20.000,00, por não ser gerador de receita.

Este foi mais um evento que sofreu este ano um ajuste na data, passando a realizar-se no mês de junho, dando assim início mais cedo à animação em Santa Cruz no verão.

CARNAVAL VERÃO	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	16 260 €	16 260 €	16 260 €	20 000 €	20 000 €
DESPESA	15 179 €	20 285 €	26 178 €	27 046 €	20 060 €
RESULTADO	1 081 €	-4 025 €	-9 918 €	-7 046 €	-60 €

Figura 15- Evolução da Estrutura de Resultados

2.7

FESTIVAL DAS VINDIMAS

O Festival das Vindimas é um evento já enraizado e com muitos anos de história. A realização do evento nas 13 freguesias do concelho de Torres Vedras, envolve não só as juntas de freguesia, como o comércio local e as gentes de cada terra.

Em 2017, cada eliminatória contou com uma média de 6 participantes por freguesia e o envolvimento de equipas de trabalho que foram trocando experiências ao longo dos 2 meses.

A festa terminou na grande final que marca o encerramento das Festas da Cidade de Torres Vedras, com um espetáculo único, em que cada uma apresenta o seu traje alusivo ao tema, sendo selecionadas com diversos títulos: Miss simpatia, juventude, fotogenia, criatividade, 1ª e 2ª dama de Honor e Rainha das Vindimas.

Este festival pretende relembrar e enaltecer as raízes torrienses na sua dedicação ao vinho e à vinha, enfatizando a elevada componente social e territorial no concelho de Torres Vedras.

PARTICIPANTES VINDIMAS	
2013	138
2014	112
2015	103
2016	89
2017	78

Figura 16- Evolução de Participantes

Vindimas	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	37 687 €	33 561 €	6 473 €	69 533 €	42 914 €
DESPESA	35 469 €	27 503 €	44 921 €	48 891 €	47 152 €
RESULTADO	2 218 €	6 058 €	-38 448 €	20 642 €	-4 239 €

Figura 17- Evolução da Estrutura de Resultados

2.8

OCEAN SPIRIT

O Santa Cruz Ocean Spirit, que decorreu de 13 a 22 de julho, é um festival internacional de desportos de ondas, realizado desde 2007 na praia de Santa Cruz, concelho de Torres Vedras, que passou a ser produzido pela Promotorres na sua edição de 2017 e está previsto no contrato programa de organização e gestão de eventos, sendo atribuído um subsídio à exploração no valor de 190 000€.

O festival caracteriza-se pela realização de provas nacionais e internacionais nos mais diversos desportos de ondas oferecendo ainda atividades de experimentação de diversos desportos, uma área de espaços comerciais relacionados com o conceito do

evento, espaços de restauração e um conjunto de iniciativas de animação noturna, por onde passam mais de 100 mil pessoas.

A visibilidade de Santa Cruz, como destino turístico e para a prática de desportos de ondas, são os objetivos do evento, materializados pela sua notoriedade e visibilidade mediática.

Este é um festival destinado aos amantes dos desportos de ondas, bem como a toda a família, com o objetivo de incentivar o público à prática de desportos de ar livre e a hábitos de vida saudáveis.

Por todas estas razões é fundamental que o Santa Cruz Ocean Spirit se regule pelos princípios da sustentabilidade e respeito pelo ambiente. Na edição de 2017 o evento adotou práticas ambientais sustentáveis, tais como a Certificação 3R6, Certificação Carbono Zero, Prevenção e Controlo do Ruído, Monitorização da Qualidade das Areias, Recolha de Beatas: "Zero beatas no chão", Ações de Sensibilização e Educação Ambiental na Tenda Pedagógica com a temática Mares e Oceanos, Programa de Responsabilidade Ambiental: "Boa Onda", disponibilização de um guia de boas práticas ambientais para os bares e restaurante e distinção EcoBar.

Nesta área foi apresentada uma candidatura de financiamento ao Fundo Ambiental, que obteve um apoio de 17.927,25€, para as medidas:

- Monitorização da Qualidade da Areia, do vetor Recursos;
- Certificação 3R6, do vetor Emissões;
- Certificação Carbono Zero, do vetor Educação;
- Monitorização do ruído do vetor "missões.

OCEAN SPIRIT	2017
RECEITA	232 382 €
DESPESA	225 699 €
RESULTADO	6 682 €

Figura 18 - Evolução da Estrutura de Resultados

2.9

EVENTOS DIVERSOS

No âmbito da criação do Gabinete de Produção de Eventos da Câmara Municipal, a Promotorres passou a prestar serviços de apoio logístico e de recursos humanos afetos ao funcionamento do mesmo.

Este gabinete é responsável por toda a logística dos eventos da Câmara Municipal e apoio à organização e eventos de outras entidades.

Em 2016 foi adquirida uma viatura que está afeta, quase na sua totalidade, a esta atividade.
No ano de 2017 não foram obtidas quaisquer receitas e os gastos foram de 74.365 euros.

3

EQUIPAMENTOS

3.1

MERCADO MUNICIPAL

3.1.1

OCUPAÇÃO FIXA E EVENTUAL

No Mercado Municipal de Torres Vedras, procura-se promover e dinamizar ainda mais o comércio tradicional, constituindo um dos motores da economia do concelho, bem como um dos atrativos da cidade.

No Mercado estão inseridos os mais variados estabelecimentos do comércio tradicional, desde talhos, bancas de peixe fresco, bancas de pão e bolos, frutos secos e rações, charcutarias, papelaria, mercearias gourmet, bancas de fruta, bares e estabelecimentos de produtos biológicos e de legumes cortados.

Há ainda a venda ocasional com a presença de agricultores do concelho em 11 espaços de venda, no interior do Mercado, sendo que no exterior esta venda ocasional ocorre no espaço do invernadeiro com a presença de cerca de 12 vendedores ambulantes.

Apesar das dificuldades conjunturais, que levaram a uma diminuição do número de clientes, mantém-se uma taxa de ocupação dos espaços de cerca de 80%.

LOJAS	2016		2017	
	Ocupadas	Vazias	Ocupadas	Vazias
Carnes	11	4	10	4
Bar	6	0	6	0
Papelaria	1	0	1	0
Mercearia	2	0	2	0
Outros	0	3	0	4
Total	20	7	19	8
Figura :Evolução da ocupação das lojas				

BANCAS	2016		2017	
	Ocupadas	Vazias	Ocupadas	Vazias
Fruta	8	2	8	2
Legumes	10	2	10	2
Peixe	17	4	17	4
Frutos Secos	3	0	3	0
Pão e Bolos	5	2	5	2
Charcutaria	3	0	3	0
Flores	3	0	3	0
Diversos	2	1	2	1
Total	51	11	51	11
Figura :Evolução da ocupação das bancas				

Figura 19 – Evolução de ocupação

3.1.2

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Com 7 anos de funcionamento, as instalações obrigam a uma intervenção permanente em termos de manutenção, que é realizada recorrendo à contratação de serviços externos, sendo que os trabalhos desenvolvidos nesta área, representam custos consideráveis, mas assumem especial importância, para que possam ser asseguradas as melhores condições de trabalho para os operadores e de conforto e segurança para os clientes.

Em 2017, foram realizadas campanhas promocionais utilizando vários suportes existentes na cidade, divulgando o serviço e iniciativas realizadas. O Mercado Municipal esteve presente na Feira de São Pedro, ocupando um espaço de exposição que foi

dinamizado pelos operadores. No âmbito desta presença foram distribuídos brindes alusivos ao Mercado Municipal, aos visitantes da Feira.

Durante o ano, foram realizadas várias iniciativas tendo em vista a ocupação dos espaços vazios (bancas e lojas).

3.1.3

ANÁLISE DE RESULTADOS (*)

Em 2017, a exploração do Mercado Municipal registou uma diminuição de receitas e um aumento de despesas, contrariando os resultados de 2016 e apresentando um resultado negativo de 59.845€.

Os gastos com pessoal foram os que mais variaram negativamente, que se explica pelo regresso de licença de maternidade da gestora do mercado, em janeiro, tendo saído em maio (licença sem vencimento) existindo ainda a sobreposição com o colaborador contratado para assumir essa função.

As despesas com policiamento, pequenos serviços de construção civil para manutenção do edifício e as manutenções de equipamentos também registaram aumentos.
Refira-se ainda que houve a aquisição de 50 carrinhos de compras, devido à degradação dos existentes, melhorando as condições disponibilizadas aos clientes. No global, as despesas aumentaram em cerca de 17%.

MERCADO	2013	2014	2015	2016	2017
RECEITA	190 152 €	317 156 €	317 688 €	305 737 €	294 034 €
DESPESA	172 873 €	328 322 €	328 502 €	302 864 €	353 879 €
RESULTADO	17 279 €	-11 166 €	-10 814 €	2 873 €	-59 845 €

Figura 20- Evolução da Estrutura de Resultados

(*) De acordo com o Contrato Programa para exploração do Mercado Municipal, os valores referentes à Gestão do Parque do Mercado Municipal deverão ser considerados na análise de resultados do Mercado Municipal.

Deste modo, e para este efeito, os valores a considerar são:

Contrato Programa

MERCADO	2015	2016	2017
RECEITAS DO MERCADO	317 688 €	305 737 €	294 034 €
RECEITAS DO PARQUE MM	68 235 €	68 111 €	63 544 €
DESPESAS DO MERCADO	328 502 €	302 864 €	353 879 €
DESPESAS DO PARQUE MM	45 227 €	40 515 €	50 471 €
RESULTADO	12 194 €	30 469 €	-46 772 €

Figura 21 – Contrato Programa para Gestão do Mercado Municipal

3.2.

EXPOTORRES

A Expotorres acolhe todos os anos, um grande e diversificado número de eventos, sendo um espaço de especial importância para a mostra de atividades económicas do concelho, da oferta cultural e de manifestação do trabalho desenvolvido, pela Câmara Municipal, Promotorres EM, e por diversas associações do concelho.

A Expotorres, Parque Regional de Exposições, considera um conjunto de valências e equipamentos, assumindo a Promotorres a gestão do Pavilhão Multiusos, do Pavilhão Expotorres e do bar existente no parque.

A Promotorres assume despesas de manutenção e funcionamento dos espaços e equipamentos, arrecada as receitas dos alugueres realizados e do arrendamento do bar.

Em 2017, a Expotorres apresentou um resultado negativo de 69.042,19€, sendo 19.613,15€ imputados ao Pavilhão Expo, 20.557,57€ ao Pavilhão Multiusos e 28.871,47€ a ambos.

A receita correspondente à utilização destes espaços foi de 37.494,91€ (com exceção dos rendimentos da Feira de São Pedro, imputadas ao centro de custo próprio para o efeito).

3.3.

OUTROS EQUIPAMENTOS

A empresa, no ano de 2017, manteve a prestação de serviços ao Município, nomeadamente de apoio de receção e vigilância com recursos humanos nos seguintes locais: Paços do concelho, Parque do Choupal, Biblioteca, Aguarela, Azenha, Castelo, Museu, LabCenter, Centro de interpretação da Judiaria de Torres Vedras, Fabrica das Historias, Pavilhão de S. Gonçalo, Parque Verde da Várzea, Edifico Multisserviços, Teatro Cine, Loja da Marca, Loja do Cidadão, Centro de Interpretação das Linhas de Torres entre outros serviços pontuais.

Estas prestações de serviços registaram um resultado negativo de 79.360€.

4

GESTÃO INTEGRADA ESTACIONAMENTO

4.1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

A implementação do SIGE (Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento), permitiu disciplinar e promover o correto uso do espaço público no que concerne ao estacionamento de veículos, melhorar a mobilidade dos residentes e visitantes e estimular o uso de modos suaves de transporte, nomeadamente pedonal e bicicleta, sempre com o objetivo máximo de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, promovendo a redução de consumos energéticos e consequente poluição ambiental, no sentido de alcançar uma mobilidade cada vez mais sustentável na cidade de Torres Vedras.

No âmbito do presente projeto a Promotorres EM., mediante contrato programa celebrado com o Município de Torres Vedras, assumiu a gestão das Agostinhas, de 125 parcómetros existentes na cidade, na fiscalização do estacionamento, na gestão do Parque de Estacionamento do Mercado Municipal que oferece 202 lugares e do Parque de Estacionamento de Edifício Multisserviços da Câmara Municipal de Torres Vedras que oferece 319 lugares.

O projeto "Agostinhas" (bicicletas urbanas) que teve início em junho de 2013, conta com 2679 utilizadores registados e 51633 utilizações até ao final de 2017 (das quais 13.852 referentes a 2017).

4.2

RESUMO DE RESULTADOS

No ano 2017 foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2015 (SIGE), consolidando os diferentes processos desenvolvidos nesta área.

Em termos gerais, os principais indicadores de gestão desta área de negócio mantêm-se estáveis, por comparação com dados dos anos anteriores.

Assinala-se o incremento do número de pagamentos por telemóvel através da Aplicação móvel (App) "Paysimplex". Esta utilização cresceu em termos médios de 1700 para 2600 pagamentos mensais e, apesar da solução representar um percentual reduzido do total de pagamentos, assume importância pelo número de pagamentos realizados e por ser uma solução com vantagens para os utilizadores, reforçando o potencial e interesse da solução, pois facilita a vida aos utilizadores proporcionando-lhes um acesso direto ao pagamento do estacionamento tarifado.

Os "tokens" modalidade de pagamento implementada em 2015 associada à promoção do comércio tradicional e que equivale à primeira hora de estacionamento nos parcómetros e nos parques de estacionamento revela uma tendência de diminuição de utilização.

No período de Natal de 2017, foi realizada uma Campanha de Natal com a oferta da primeira hora nos estacionamentos cobertos da Câmara Municipal de Torres Vedras e do Mercado Municipal e no estacionamento de superfície oferta de duas horas por cada pagamento efetuado na aplicação Paysimplex.

No ano de 2017 registou-se uma avaria no funcionamento dos parcómetros da cidade, entre os meses de fevereiro e outubro. A resolução desta avaria foi demorada, pois o fornecedor dos equipamentos fez várias tentativas de intervenção para a sua resolução sem sucesso. Como consequência verificou-se uma redução da receita dos parcómetros e dificuldades no trabalho da fiscalização. Nos últimos dois meses do ano, o desempenho dos parcómetros voltou a ficar estável e com um desempenho muito positivo.

O número de denúncias foi equivalente ao do ano de 2016 (menos 4,2%) num total de 11145 denúncias.

A gestão de todas as tarefas que compõem o SIGE produz uma receita apreciável, cabendo à Promotorres EM a prestação de um serviço de qualidade aos utentes que delas usufruem.

Nos quadros seguintes apresenta-se o fluxo financeiro e o resultado económico para cada uma das infraestruturas:

PARQUE CMTV	2016	2017
RECEITA	41 908 €	44 850 €
DESPESA	31 972 €	34 536 €
RESULTADO	9 936 €	10 314 €

PARQUE MERCADO	2016	2017
RECEITA	68 111 €	63 544 €
DESPESA	40 515 €	50 471 €
RESULTADO	27 596 €	13 073 €

PARCÓMETROS	2016	2017
RECEITA	527 572 €	492 914 €
DESPESA	87 598 €	69 334 €
RESULTADO	439 974 €	423 580 €

FISCALIZAÇÃO	2016	2017
RECEITA	261 940 €	116 583 €
DESPESA	449 629 €	355 672 €
RESULTADO	-187 689 €	-239 089 €

AGOSTINHAS	2016	2017
RECEITA	3 467 €	1 876 €
DESPESA	53 871 €	66 255 €
RESULTADO	-50 403 €	-64 378 €

Figura 23 – Evolução da Mobilidade

MOBILIDADE

RECEITA	2016	2017
PARQUE MERCADO	77 834,00 €	78 159,12 €
Receitas Rotação	59 709,00 €	58 834,12 €
Entradas Rotação	171202	172513
Entradas de Avenças	12981	14970
Média Utilizadores Dia	476	479
Receita média por Utilizador	0,35 €	0,32 €
Avenças	18 125,00 €	19 325,00 €
PARQUE CMTV	51 379,90 €	55 165,50 €
Receita	17 754,90 €	21 415,50 €
Entradas Rotação	25301	31886
Entradas de Avenças	25729	27500
Média Utilizadores Dia	78	98
Receita média por Utilizador	0,70 €	0,68 €
Avenças	33 625,00 €	33 750,00 €
PARCÓMETROS	636 335,40 €	593 757,70 €
25 máquinas/localizações existentes	277 426,15 €	262 228,05 €
Máquinas/localizações novas	358 909,25 €	331 529,65 €
Receita média por dia	1 767,60 €	1 649,33 €
Talões Emitidos	1421560	1289486
Receita média por estacionamento	0,45 €	0,46 €
PAYSIMPLEX	7 428,01 €	11 998,52 €
N.º Pagamentos/estacionamentos	20730	31445
TOKENS	1 120,35 €	949,50 €
Total Unid Vendidas	7469	6330
FISCALIZAÇÃO (a)	144 899,08 €	143 397,09 €
Número de Denuncias	11632	11145
-por falta de pagamento (6,40€)	8353	7545
-outras contra ordenações	3279	3600
a) este valor inclui todos os Autos Recebidos em 2016 mesmo aqueles que a data de infracção é 2014 e 2015		
AGOSTINHAS		
Inscrições	324	449
Nº de utilizadores registados	2230	2679
Nº de utilizações do período	8138	13852
Nº total de utilizações	37781	51633
RECEITA TOTAL	910 448,38 €	883 427,43 €

RECLAMAÇÕES	301	290
VIATURAS ABANDONADAS	14	24

(a) valor real da receita arrecada pela Promotorres

Figura 24 – Evolução da Mobilidade

Torres Vedras, 10 de abril de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

5

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1

5.1 BALANÇO

Promotorres, EM
Balanço Individual

UNIDADE MONETÁRIA (euro):

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31.12.2017	DATAS 31.12.2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	504 756,77	508 948,67
Activos intangíveis	8	99 690,00	67 500,00
Outros investimentos financeiros	9	4 400,01	1 754,63
		608 846,78	**578 203,30**
Activo corrente			
Inventários	10	4 379,78	
Clientes	11	143 889,45	128 452,19
Estado e outros entes públicos	12	13 756,77	
Outros créditos a receber	13	192 218,96	304 694,59
Diferimentos	14	73 369,39	23 777,83
Caixa e depósitos bancários	5, 15	105 757,69	83 756,01
		533 372,04	**540 680,62**
Total do activo		**1 142 218,82**	**1 118 883,92**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	250 000,00	250 000,00
Reservas legais	17	3 000,10	3 000,10
Resultados transitados	18	-44 766,16	-4 767,37
Resultado líquido do período	30	6 307,93	8 240,98
Total do capital próprio		**214 541,87**	**256 473,71**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	19	16 800,73	29 257,80
		16 800,73	**29 257,80**
Passivo corrente			
Fornecedores	20	463 181,95	402 184,23
Adiantamentos de clientes	11	51,00	
Estado e outros entes públicos	12	29 846,34	48 608,69
Financiamentos obtidos	19	9 371,52	6 114,34
Outras dívidas a pagar	21	345 047,91	356 112,32
Diferimentos	14	63 377,50	20 132,83
		910 876,22	**833 152,41**
Total do passivo		**927 676,95**	**862 410,21**
Total do capital próprio e do passivo		**1 142 218,82**	**1 118 883,92**

Administração

CC

5.2

Promotorres, EM
Demonstrações dos Resultados por Naturezas

UNIDADE MONETÁRIA (euro):

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Efeito	PERÍODOS 31.12.2017	PERÍODOS 31.12.2016
Vendas e serviços prestados	22	+	1 780 443,76	1 639 846,52
Subsídios à exploração	23	+	572 927,25	365 115,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-3 957,51	
Fornecimenos e serviços externos	24	-	-1 583 110,42	-1 276 715,10
Gastos com o pessoal	25	-	-781 346,62	-729 071,76
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	11	+ / -	113,97	-56 137,66
Outros rendimentos	26	+	126 435,89	281 551,72
Outros gastos	27	-	-40 227,17	-142 811,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		=	**71 279,15**	**81 777,48**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	28	+ / -	-56 409,97	-48 601,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		=	**14 869,18**	**33 176,06**
Juros e gastos similares suportados	29	-	-578,62	-355,76
Resultado antes de impostos		=	**14 290,56**	**32 820,30**
Imposto sobre o rendimento do período	30	- / +	-7 982,63	-24 579,32
Resultado líquido do período		=	**6 307,93**	**8 240,98**

administração

cc

5.3

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	RESERVAS LEGAIS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldos em 01.01.2016	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-116 112,02**	**112 783,10**	**249 671,18**
Alterações no Período:						
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	-1 438,45	-	-1 438,45
		-	-	-1 438,45	-	-1 438,45
Resultado Líquido do Período	30				8 240,98	8 240,98
Resultado Integral					8 240,98	6 802,53
Operações com detentores de capital próprio:						
Realizações de capital		-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	112 783,10	-112 783,10	-
		-	-	112 783,10	-112 783,10	-
Saldos em 31.12.2016	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-4 767,37**	**8 240,98**	**256 473,71**
Alterações no Período:						
Primeira adopção do novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras		-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização		-	-	-	-	-
Excedente de revalorização		-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	-	-48 239,77	-	-48 239,77
		-	-	-48 239,77	-	-48 239,77
Resultado Líquido do Período	30				6 307,93	6 307,93
Resultado Integral					6 307,93	-41 931,84
Operações com detentores de capital próprio:						
Realizações de capital		-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-
Outras operações	18	-	-	8 240,98	-8 240,98	-
		-	-	8 240,98	-8 240,98	-
Saldos em 31.12.2017	**16**	**250 000,00**	**3 000,10**	**-44 766,16**	**6 307,93**	**214 541,87**

administração

cc

5.4

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

UNIDADE MONETÁRIA (euro):

RUBRICAS	Efeito	PERÍODOS 2017	PERÍODOS 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	2 299 150,85	1 930 449,41
Pagamento a fornecedores	-	-1 531 491,79	-1 135 533,55
Pagamentos ao pessoal	-	-488 783,88	-468 827,86
Caixa gerada pelas operações	+ / -	278 875,18	326 088,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- / +	-30 488,25	-12 940,50
Outros recebimentos/pagamentos	+ / -	-119 389,39	-132 341,56
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-	128 997,54	180 805,94
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:	-		
Activos fixos tangíveis	-	-48 847,60	-198 467,61
Activos intangíveis	-	-48 369,75	-46 125,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+ / -	-97 217,35	-244 592,61
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		39 630,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-9 199,89	-12 238,85
Juros e gastos similares	-	-578,62	-355,76
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	+ / -	-9 778,51	27 035,39
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+ / -	22 001,68	-36 751,28
Efeito das diferenças de câmbio	+ / -	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	83 756,01	120 507,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	105 757,69	83 756,01

administração

cc

Célia Pereira de Jesus

5.5

ANEXO

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 Nota introdutória

A Empresa foi constituída em 26 de junho de 1997, tem a sua sede na Av. Tenente Coronel João Luís de Moura, Loja A cave em Torres Vedras e tem como atividade principal a Organização de Eventos e Gestão de Equipamentos.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) *Referencial contabilístico*

No ano de 2017 as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, anteriormente designadas por Normas Internacionais de Contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) *Pressuposto da continuidade*

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Empresa continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

c) *Regime do acréscimo*

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" e "Diferimentos".

d) *Classificação dos ativos e passivos não correntes*

Os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, passivos não correntes.

Não existem ativos realizáveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira, pelo que não existem ativos considerados como não correntes

e) *Passivos contingentes*

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

f) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) *Derrogação das disposições do SNC*

Não existiram, no decorrer dos períodos a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transações.

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções	- 20 a 100 anos
- Equipamento básico	- 6 a 20 anos
- Equipamento de transporte	- 8 anos
- Equipamento administrativo	- 6 a 20 anos
- Outros ativos fixos tangíveis	- 8 a 20 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

c) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são

reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

d) *Imposto sobre o rendimento*

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa é de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa optou por não registar nas suas demonstrações financeiras os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de rendimentos e gastos para fins contabilísticos e para fins de tributação, conforme definido na NCRF 25 – Impostos diferidos, uma vez que não está definitivamente assegurada a sua reversibilidade, nos termos definidos na referida norma.

e) *Clientes e outros créditos a receber*

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

f) *Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa*

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

g) *Provisões*

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

É reconhecida uma Provisão quando exista uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Empresa reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa nessa data.

h) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

i) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro,

reconhecendo o ativo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.b) acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

k) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

l) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de eventos e gestão de equipamentos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de períodos anteriores.

5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e no final do ano transato, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Numerário	275,00	300,00
Depósitos bancários	105 482,69	83 456,01
Caixa e depósitos bancários	**105 757,69**	**83 756,01**

O valor em caixa é representado pelo fundo detido pelos operadores dos parques de estacionamento, cada um detém 25 euros, totalizando 275 euros.

6 Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela empresa-mãe Câmara Municipal de Torres Vedras.
As informações relativas a saldos e transações com as partes relacionadas estão inseridas nas notas que se seguem, quando existam, bem como na nota 31.

7 Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, no período findo a 31 de dezembro de 2017 e no período de 2016 foi o seguinte:

31 de dezembro 2017

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2017	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	303 151,39					303 151,39
Equipamento básico	316 849,62		31 722,26			348 571,88
Equipamento de transporte	103 800,00					103 800,00
Equipamento administrativo	79 285,97		2 558,92			81 844,89
Outros ativos Fixos Tangíveis	164 258,10		6 026,89			170 284,99
Investimentos em curso	0,00					0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Total	**967 345,08**	**0,00**	**40 308,07**	**0,00**	**0,00**	**1 007 653,15**
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	101 408,16		8 969,28			110 377,44
Equipamento básico	104 721,13		22 556,64			127 277,77
Equipamento de transporte	70 479,50		4 988,58			75 468,08
Equipamento administrativo	68 356,28		2 604,84			70 961,12
Outros ativos Fixos Tangíveis	113 431,34		5 380,63			118 811,97
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	**458 396,41**	**0,00**	**44 499,97**	**0,00**	**0,00**	**502 896,38**
	508 948,67					**504 756,77**

31 de dezembro 2016

Rubricas	Saldo Inicial a 1 janeiro 2016	Reavaliação ajustamentos	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Saldo Final
Custo						
Edifícios e outras construções	247 311,39		55 840,00			303 151,39
Equipamento básico	252 062,91		64 786,71			316 849,62
Equipamento de transporte	75 800,00		28 000,00			103 800,00
Equipamento administrativo	79 285,97					79 285,97
Outros ativos Fixos Tangíveis	159 898,10		4 360,00			164 258,10
Investimentos em curso	0,00					0,00
Adiantammentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Total	**814 358,37**	**0,00**	**152 986,71**	**0,00**	**0,00**	**967 345,08**
Depreciações Acumuladas						
Edifícios e outras construções	92 613,19		8 794,97			101 408,16
Equipamento básico	84 371,07		20 350,06			104 721,13
Equipamento de transporte	65 490,92		4 988,58			70 479,50
Equipamento administrativo	66 025,10		2 331,18			68 356,28
Outros ativos Fixos Tangíveis	108 794,71		4 636,63			113 431,34
Investimentos em curso	0,00					0,00
Total	**417 294,99**	**0,00**	**41 101,42**	**0,00**	**0,00**	**458 396,41**
	397 063,38					**508 948,67**

8 Ativos Intangíveis

Esta rubrica tem registado o valor de 100.000,00 euros respeitantes ao filme em 3D realizado por Edgar Pera durante a edição do Carnaval de Torres 2015, cuja vida útil estimada é de 10 anos e a produção da música "Samba da Matrafona", no valor de 19.100 euros, cuja vida útil estimada é também de 10 anos.

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-16
Custo:						
Outras activos intangíveis	37 500	37 500	-	-	-	75 000
	37 500	**37 500**	**-**	**-**	**-**	**75 000**
Amortizações acumuladas:						
Outras activos intangíveis	-	-7 500	-	-	-	-7 500
	-	**-7 500**	**-**	**-**	**-**	**-7 500**
Valores líquidos:	**37 500**					**67 500**

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Perdas por Imparidade	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Outras activos intangíveis	75 000	44 100	-	-	-	119 100
	75 000	**44 100**	**-**	**-**	**-**	**119 100**
Amortizações acumuladas:						
Outras activos intangíveis	-7 500	-11 910	-	-	-	-19 410
	-7 500	**-11 910**	**-**	**-**	**-**	**-19 410**
Valores líquidos:	**67 500**					**99 690**

9 Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	31-dez-17	31-dez-16
Fundo de Compensação do Trabalho	4.400,01	1 754,63
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	4.400,01	**1 754,63**

10 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Saldo em 1 de Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	8 337,29	8 337,29	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro	4 379,78	4 379,78	0,00	0,00
Custo do período	**3 957,51**	**3 957,51**	**0,00**	**0,00**

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	0,00	143 889,45	0,00	128 452,19
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	182 853,20	0,00	182 967,17
Adiantamentos de clientes		-51,00	0,00	0,00
	0,00	**326 691,65**	**0,00**	**311 419,36**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	-182 853,20	0,00	-182 967,17
	0,00	**143 889,45**	**0,00**	**128 452,19**

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas	Clientes Gerais	Grupo e Relacionadas
Clientes conta corrente	92 362,18	51 527,27	89 163,16	39 289,03
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	182 853,20	0,00	182 967,17	0,00
Adiantamentos de clientes	-51,00	0,00	0,00	0,00
	275 164,38	**51 527,27**	**272 130,33**	**39 289,03**

A empresa tem feito um esforço na cobrança das dívidas, nomeadamente com o apoio de um advogado, que tem enviado ofícios e injunções para saldos mais antigos. O problema maior são a quantidade de empresas, que infelizmente, declaram insolvência.

Durante o ano, findo em 31 de dezembro de 2017, a empresa voltou a registar perdas de imparidade, mas as reversões de imparidades registadas em períodos anteriores foram superiores.

Perdas de Imparidade	2017	2016
Saldo a 1 janeiro	182 967,17 €	126 829,51 €
Aumentos	7 016,03 €	58 189,16 €
Reversão	- 7 130,00 €	- 2 051,50 €
Regularizações		
Saldo final	**182 853,20 €**	**182 967,17 €**

12 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Activo		
Imposto sobre o rendimento	9 694,78	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	1 650,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	2 411,99	0,00
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	0,00
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	0,00	0,00
	13 756,77	**0,00**
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	10 786,37
Retenção de impostos sobre rendimentos	5 352,55	5 059,23
Imposto sobre o valor acrescentado	6 540,26	10 582,52
Outros impostos	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	15 315,53	14 738,45
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00
Outras tributações	2 638,00	7 442,12
	29 846,34	**48 608,69**

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31 dez 17 Corrente	31 dez 16 Corrente
Fornecedores CC	10 933,16	665,00
Devedores por Acréscimos Rend.	92 092,54	110 613,15
Outros	89 193,26	193 416,44
	192 218,96	**304 694,59**
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	192 218,96	**304 694,59**

Nesta rúbrica está refletida a estimativa de rendimento dos Autos de Contraordenação, emitidos e não pagos, no período de 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017.

A estimativa destes rendimentos referente a 2017 está refletida na rúbrica Devedores por Acréscimos de Rendimentos, e o valor de 2016 está registado em Outros devedores.

O valor dos Autos de Contraordenação cujas infrações foram cometidas em 2017, não recebidos até ao dia 31 de dezembro, foram de 92.092,54 euros.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Activo		
Outros gastos a reconhecer	73 369,39	23 777,83
	73 369,39	**23 777,83**
Passivo		
Outros rendimentos a reconhecer	63 377,50	20 132,83
	63 377,50	**20 132,83**

A nível de ativo 92% do valor registado são os custos com o KIT de CARNAVAL que só deverá ser registado em custos em 2018. Os restantes valores são referentes a seguros.

Ao nível de passivo, 95,8% do valor é referente a vendas de KIT CARNAVAL a reconhecer em proveito no ano 2018.

15 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Caixa	275,00	300,00
Depósitos à Ordem	105 482,69	83 456,01
Depósitos a Prazo	0,00	0,00
	105 757,69	**83 756,01**

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 250.000,00 euros.

Participação no capital subscrito e realizado das pessoas coletivas que, em 31 de dezembro de 2017, nele detêm pelo menos 20%:

– CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS 100,00%

17 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Não houve, em 2017, qualquer movimento nesta rubrica.

18 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do período findo em 31 de dezembro de 2016, foi decidido que o resultado líquido referente a esse período, no montante de 8.240,98 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A rubrica de Resultados transitados inclui igualmente resultados de outros anos anteriores que lhe foram destinados, de acordo com as decisões da Assembleia Geral.

Ainda foi incluído nesta rúbrica o valor de 48.239,77€ referentes a regularizações de IVA dos anos de 2012 e 2014 e a IRC do ano 2015.

19 Financiamentos Obtidos

Em 2016, a Empresa financiou-se em regime de locação financeira para a aquisição de um novo sistema de gestão do Parque da Câmara Municipal e de uma Viatura Iveco utilizada na equipa de montagens da Câmara Municipal.

No final do ano de 2017, eram estes os valores em dívida:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Medio e Longo Prazo		
Locações financeiras	16 800,73	29 257,80
Emprestimos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	16 800,73	**29 257,80**
Curto Prazo		
Locações financeiras	9 371,52	6 114,34
Descobertos Bancários	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
	9 371,52	**6 114,34**

Bens adquiridos c/ recurso a locação financeira	Custo Aquis.	Depreciações	Valor Lquido
Edificios e outras contruções			
Equipamento Básico	41 272,63 €	12 897,70 €	28 374,93 €
Equipamento transporte	21 000,00 €	5 250,00 €	15 750,00 €
Equipamento Administrativo			
Outros ativos fixos tangiveis			
Propriedades de Investimento			
	62 272,63 €	18 147,70 €	44 124,93 €

Em 31 de dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referentes a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de Reembolso	Capital	Juros	Total
Menos de 1 ano	9 371,52 €	377,88 €	9 749,40 €
Mais de 1 ano	9 546,38 €	244,84 €	9 791,22 €
Mais de 2 anos	7 254,35 €	68,35 €	7 322,70 €
	26 172,25 €	691,07 €	26 863,32 €

20 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores conta corrente	0,00	463 181,95	0,00	402 184,23
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	**463 181,95**	**0,00**	**402 184,23**

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas	Fornecedores Gerais	Grupo e Relacionadas
Fornecedores conta corrente	352 168,43	111 013,52	313 326,66	88 857,57
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores em factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
	352 168,43	**111 013,52**	**313 326,66**	**88 857,57**

21 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez 2017		31 dez 2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	295 742,49	0,00	262 587,78
Outros Devedores e Credores	0,00	38 705,30	0,00	83 840,42
Outras contas a pagar	0,00	10 600,12	0,00	9 684,12
	0,00	**345 047,91**	**0,00**	**356 112,32**

Os montantes mais relevantes nesta rúbrica referem-se a:

- despesa de 45% das compartições para a ANSR e IGCP referentes ao acréscimo de rendimentos efetuado, com base nos Autos de Contraordenação emitidos e não pagos.
- estimativa de férias, subsídio de férias, de direitos adquiridos ainda não pagos, que ascendem a 93.206,01€.

22 Vendas e serviços prestados

A rúbrica Vendas e prestações de serviços nos anos de 2017 e de 2016, foram como se segue:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	4 807,77	0,00	4 807,77	0,00	0,00	0,00
Vendas de produtos acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de desperdícios e refug	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas de ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	1 775 635,99	0,00	1 775 635,99	1 639 846,52	0,00	1 639 846,52
	1 780 443,76	**0,00**	**1 780 443,76**	**1 639 846,52**	**0,00**	**1 639 846,52**

23 Subsídios à exploração

No período de 2017 e de 2016 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31 dez 2017	31 dez 2016
CP Mercado Municipal	170 000,00 €	170 000,00 €
CP Carnaval	100 000,00 €	100 000,00 €
CP Montagens	- €	30 000,00 €
CP Carnaval Verão	20 000,00 €	20 000,00 €
CP Befashion	10 000,00 €	10 000,00 €
CP Vindimas	35 000,00 €	35 000,00 €
Feira Rural	30 000,00 €	- €
Estágios do IEFP	- €	115,68 €
Santa Cruz Ocean Spirit	190 000,00 €	- €
Fundo Ambiental	17 927,25 €	- €
	572 927,25 €	**365 115,68 €**

- Os montantes registados nesta rubrica, neste período, dizem respeito aos contratos programa celebrados com a Câmara Municipal de Torres Vedras, para apoio nos eventos realizados pela Empresa e exploração do Mercado Municipal; e também um subsídio atribuído pelo Fundo Ambiental para o Ocean Spirit (17.927,25€).

24 Fornecimentos e Serviços Externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foi a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	949 558,06	666 903,81
Materiais	265 215,09	264 394,54
Energia e fluídos	101 299,26	105 859,71
Deslocações, estadas e transportes	11 496,23	10 599,29
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	97 185,59	61 251,00
Comunicação	61 228,10	79 999,97
Seguros	12 236,99	10 896,74
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	1 430,72	1 025,90
Despesas de Representação	252,50	1 062,41
Limpeza	83 207,88	75 127,68
Descontos e abatimentos	0,00	-405,95
Outros serviços	0,00	0,00
	1 583 110,42	**1 276 715,10**

A rúbrica de Fornecimentos e Serviços Externos regista um aumento de 24%, sobretudo por existirem mais atribuições ao nível da atividade operacional que se consubstancia no pagamento de honorários para assegurar os serviços e equipamentos de diversas áreas de atividade do Município.

25 Gastos Com Pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos anos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Remunerações dos órgãos sociais	47 746,71 €	37 097,97 €
Remunerações do pessoal	563 613,42 €	525 029,76 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Indemnizações	9 181,24 €	20 000,00 €
Encargos sobre remunerações	123 254,15 €	117 820,60 €
Seguros	7 876,28 €	5 972,10 €
Gastos de acção social	100,00 €	- €
Outros gastos com o pessoal	29 574,82 €	23 151,33 €
	781 346,62 €	**729 071,76 €**

O número médio de empregados da Empresa no período de 2017 foi de 44 e em 2016 foi de 41.

Este aumento foi motivado essencialmente pelo regresso de licença de maternidade da gestora do mercado e posterior saída mediante licença sem vencimento e ainda com a saída de outra

trabalhadora (pagamento de indemnização). Foram ainda admitidos trabalhadores para as áreas da Fiscalização, Mercado e Financeira, bem como para instalações do Município.

26 Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos nos períodos de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Rendimentos suplementares	35 222,01	38 459,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	35	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Autos de Contra Ordenação	89 423,51	208 549,98
Outros rendimentos e ganhos	1 755,37	34 542,28
	126 435,89	**281 551,72**

Existe na rubrica de Autos de Contra-Ordenação uma estimativa de Autos ainda não recebidos, conforme mencionado na nota 13 deste anexo.

De salientar que em 2017 foi reduzida a estimativa de Autos de Contra-Ordenação a receber, referentes a 2015, em 167.051,84 euros.

O valor dos Autos de Contra-Ordenação cujas infrações foram cometidas durante 2017, não recebidos até ao dia 31 de dezembro, foram de 92.092,54 euros, conforme mencionado na nota 13 deste anexo.

27 Outros gastos

Os outros gastos e perdas, no período de 2017 e de 2016, foram como se segue:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Impostos	1 849,43	4 394,99
Comparticipações ANSR e IGCP	23 862,49	93 580,17
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ac financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	14 515,25	44 836,76
	40 227,17	**142 811,92**

28 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos anos de 2017 e de 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como se segue:

	31 dez 2017			31 dez 2016		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
ativos fixos tangíveis	44 499,97 €	- €	44 499,97 €	41 101,42 €	- €	41 101,42 €
ativos intangíveis	11 910,00 €	- €	11 910,00 €	7 500,00 €	- €	7 500,00 €
	56 409,97 €	- €	56 409,97 €	48 601,42 €	- €	48 601,42 €

29 Resultados de operações de financiamento

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados, decorrentes de operações de financiamento, decompunham-se do seguinte modo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	31 dez 2017	31 dez 2016
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de financiamentos concedidos	- €	- €
Diferenças de câmbio	- €	- €
Juros de outros financiamentos concedidos	- €	- €
	- €	- €
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	578,62 €	355,76 €
Juros de Mora ou Compensatórios	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	- €	- €
	578,62 €	**355,76 €**
Resultados das operações de financiamento	**- 578,62 €**	**- 355,76 €**

30 Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, decompõe-se do seguinte modo:

	2017	2016
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	7 982,63 €	24 579,32 €
Imposto diferido	- €	- €
	7 982,63 €	**24 579,32 €**

	2017		2016	
	Imp. Corrente	Imp. Diferido	Imp. Corrente	Imp. Diferido
Demonstração da taxa efectiva de imposto				
Resultados antes de impostos	14 290,56 €	- €	32 820,30 €	-
Variações nos capitais próprios	- €	- €	- €	-
Diferenças fiscais definitivas	15 758,60 €	- €	68 677,34 €	-
Diferenças fiscais temporárias	- €	- €	- €	-
Reporte de prejuízos	- €	- €	- €	-
Lucro tributável / Prejuízo Fiscal	**30 049,16 €**	**- €**	**101 497,64 €**	**-**
Colecta	5 710,32 €	- €	20 714,50 €	-
Benefícios fiscais	- €	- €	- €	-
Resultado da liquidação	- €	- €	- €	-
Derrama	450,74 €	- €	1 522,46 €	-
Derrama estadual	- €	- €	- €	-
Tributações autónomas	1 821,57 €	- €	2 342,36 €	-
Imposto sobre o rendimento do pe	**7 982,63 €**	**- €**	**24 579,32 €**	**-**
Taxa média efectiva de imposto	26,57%		24,22%	

31 Partes Relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e empresas relacionadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	31 dez 2017	31 dez 2015
Vendas	0,00	0,00
Prestações de serviços	109 245,72	111 049,56
Subsidios	555 000,00	365 000,00
Compras de mercadorias	0,00	0,00
Compras de matérias primas	0,00	0,00
Serviços adquiridos	45 420,09	70 980,11

Saldos	31 dez 2017	31 dez 2016
Contas a receber	51 527,27	39 289,03
Contas a pagar	111 013,52	88 857,57
Empréstimos concedidos	0,00	0,00
Empréstimos obtidos	0,00	0,00

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

32 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa dispunha de diverso equipamento de transporte em regime de locação operacional, sendo as responsabilidades como locatária, relativas a rendas não vencidas, no valor de 22.515,74 euros.

As rendas que se vencem nos próximos períodos podem ser explicitadas da seguinte forma:

Activo / Equipamento	<1 ano	1 a 5 anos	Total
Viatura 34-RI-91	3 465,48 €	4 043,06 €	7 508,54 €
Viatura 34-RI-92	3 465,48 €	4 043,06 €	7 508,54 €
Viatura 58-RJ-75	3 460,92 €	4 037,74 €	7 498,66 €
	10 391,88 €	**12 123,86 €**	**22 515,74 €**

33 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

34 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o ano de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e), do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração

O Contabilista Certificado

6

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

6.1

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

6.2

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

10942
15-05-018

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de "PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.", que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1 142 219 euros e um total de capital próprio de 214 549 euros, incluindo um resultado líquido de 6 308 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de "PROMOTORRES – PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M." em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a adequação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Massamá, 2 de Abril de 2018

Vicente Pereira Gomes Marques

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)

1505018

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Introdução

1. Em cumprimento das disposições legais e nos termos do mandato que lhe foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório e o parecer sobre o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração de "PROMOTORRES - PROMOÇÃO DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS, E.M.", relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Relatório

2. No desempenho das nossas funções acompanhámos a actividade da empresa através da análise dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação de suporte, bem como da verificação dos seus elementos patrimoniais, com a profundidade e frequência consideradas as mais adequadas aos fins em vista.

   Em todas as nossas diligências contámos com a inteira colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da empresa de quem recebemos sempre com prontidão todos os esclarecimentos solicitados.

3. Examinámos os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado de acordo com as exigências legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas e, na qualidade Revisores Oficiais de Contas, elaborámos a Certificação Legal das Contas.

Parecer

4. Com base no que antecede e tendo em consideração a opinião expressa na referida Certificação Legal das Contas a qual pressupõe a concordância do sistema contabilístico com os preceitos legais e com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, somos de parecer que sejam aprovados o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

Massamá, 2 de Abril de 2018

O FISCAL ÚNICO

Vicente Pereira Gomes Marques

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)